



A responsabilidade enunciativa em discurso de posse do presidente Lula

Angélica Ferreira da Fonsêca¹

UFRN

Maria das Graças Soares Rodrigues²

UFRN

Resumo: *Circunscrito no âmbito da linguística textual e linguística da enunciação, este artigo propõe-se a identificar, descrever, analisar e interpretar a materialização dos pontos de vista no discurso de posse de Luiz Inácio Lula da Silva, apresentado ao Congresso Nacional no dia 01/01/2003. Para tal, verificaremos a maneira como é manifestado o ethos discursivo em consonância com as orientações argumentativas dispostas no texto. Nesse sentido teorizaremos ADAM (2008) e seu conceito de responsabilidade enunciativa e orientação argumentativa, bem como a definição de ethos discursivo atribuída por MAINGUENEAU (1997). Vale ressaltar que para realizar a investigação, nos subsidiamos em uma abordagem qualitativa de natureza interpretativista, seguindo o método indutivo. Os resultados apontam para a construção da imagem de um presidente socialmente comprometido e, mais precisamente, um herói empenhado numa “luta” contra injustiças e misérias. Um modelo a ser seguido. Percebe-se no discurso um estímulo à esperança e à confiança do brasileiro em si mesmo; um tom religioso e uma alusão aos pilares da Revolução Francesa: igualdade, liberdade e fraternidade.*

Palavras-chave: Responsabilidade enunciativa; ethos discursivo; discurso de posse.

Abstract: *Circumscribed within text linguistic and enunciation linguistic, this paper aims to identify, describe, analyze and interpret the materialization of points of view in Luiz Inacio Lula da Silva’s speech as president of Brazil, presented to Congress on 01/01/2013. In order to do this, we will look at discursive ethos and how it is exposed, observing also argumentative evidences laid out in text. In this sense, we theorized ADAM (2008) and his concept of being responsible for utterance acts and argumentative orientation. We also pay attention to discursive ethos by MAINGUENEU (1997). It is noteworthy that this research subsidizes into an interpretative way, qualitative approach and inductive method. Results denote the building of an image as an engaged president socially, a hero that “fights” against injustice and misery; a model to be follow. In his speech, it’s possible to observe stimulus for hope and confidence, religious tone and an allusion to the pillars of French Revolution: equality, liberty and fraternity.*

Keywords: responsibility for utterance acts, discursive ethos; inaugural speech of president.

¹ angelicaff@gmail.com

² gracasrodrigues@gmail.com



1. Introdução

O trabalho situa-se no âmbito da Linguística Textual e da Teoria da Enunciação, e propõe-se a discutir os conceitos sobre responsabilidade enunciativa, de maneira mais específica, a relação pragmática - enunciativa e a o modo como o ponto de vista (PdV) e a orientação argumentativa determinam a construção do *ethos* discursivo.

A Linguística Textual tendo como objeto de estudo o texto enquanto processo, enquanto uma atividade sociocognitiva que permite a construção de sentidos, através da interação do sujeito com o próprio ser, com o outro, com o mundo e com o tempo. Nisto se constitui a perspectiva pragmático-enunciativa na qual “o texto se constrói, em uma dada situação de interação, em função da atuação de uma complexa rede de fatores de ordem lingüística, cognitiva, socialcultural e interacional” (BENTES; LEITE; 2010; p.229). E é nesta categorização que o texto não somente reproduz o discurso, mas está imbricado nele, de maneira indissociável e formativa. Assim, sendo a enunciação um processo originário do texto, é nela que os interlocutores, “sujeitos ativos”, agem, se constituem e são constituídos.

A linguagem com seus performativos e declarativos instituem os atos de fala e, através do texto (r)estabelece os objetos do mundo, criando objetos do discurso. O jogo argumentativo da linguagem é materializado e se torna um ser, moldado pelos interlocutores. Não se trata mais de um entendimento, mas de uma heterogeneidade de sentidos, possibilitada pelos atos ilocucionários.

Como é observado por Maingueneau (1997, p. 29), “a linguagem é considerada uma forma de ação”, logo, é no enunciado que o discurso e as intenções dos falantes são materializados. E é para defender ou, até mesmo, negar seus posicionamentos que os produtores empíricos da enunciação³, como caracteriza Ducrot *apud* Dendale (2006, p.7)⁴, criam diversos locutores e a eles atribuem o que é dito.

Instância de subjetividade enunciativa possui duas faces: por um lado, ela constitui o sujeito em sujeito de seu discurso, por outro, ela o assujeita. Se ela submete o enunciador as suas regras, ela igualmente o legitima, atribuindo-lhe a autoridade vinculada institucionalmente a este lugar (MAINGUENEAU, 1997, p.33).

³ “The empirical producer of the utterance” (DUCROT *apud* DENDALE (2006, p.7)).

⁴ Tradução minha.



Em suma, consente-se que a enunciação, seja a ela atribuída uma instância de subjetividade ou não, é responsável por validar o enunciador e suas orientações argumentativas, através da construção de seres e identidades no decorrer dos discursos.

Isso constitui a importância deste trabalho, ou seja, verificar as relações que os enunciadores estabelecem e argumentam a fim de construir um determinado *ethos* discursivo para o presidente Lula. Dessa forma, nossos objetivos são identificar, descrever, analisar e interpretar a materialização dos pontos de vista no discurso de posse, através de uma abordagem qualitativa de natureza interpretativista e adotando o método indutivo. O *corpus* se constitui de discurso de posse de Luiz Inácio Lula da Silva, apresentado ao Congresso Nacional no dia 01/01/2003.

2. Fundamentação teórica

Antes de promover reflexões acerca da responsabilidade enunciativa e suas caracterizações, cabe pontuar as questões dos gêneros textuais e discutir especificamente sobre o discurso político.

Sabe-se que o gênero textual é um local para as práticas sociais, seja qual for seu propósito, e todo discurso apresenta primeiramente um gênero, como fator condicionador das escolhas lexicais e estruturais. Neste sentido, os gêneros refletem práticas e atividades discursivas diversas a fim de esquematizar um discurso, ou sua materialização, o texto.

“Quando dominamos um gênero textual, não dominamos uma forma lingüística e sim uma forma de realizar linguisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares” (MARCUSCHI, 2008, p. 154). A apropriação de um gênero está intimamente relacionada às atividades comunicativas humana, no sentido em que todo agir e pensar envolvem esquemas, enquadram categorias e são regidos por determinados condicionamentos e regras, implícita ou explicitamente ditas.

O discurso político, em geral, apresenta orientações argumentativas voltadas para agradecer, enfatizar promessas, retomar projetos e firmar compromissos de candidatos a algum cargo com seus eleitores. Ele exige comprometimento e reconhecimento do dizer, a fim de denotar construir uma imagem positiva e confiável do candidato.

O discurso “textual” político é caracterizado por elementos semelhantes ao anterior, entretanto, possui uma especificação que o torna mais complexo que um pronunciamento



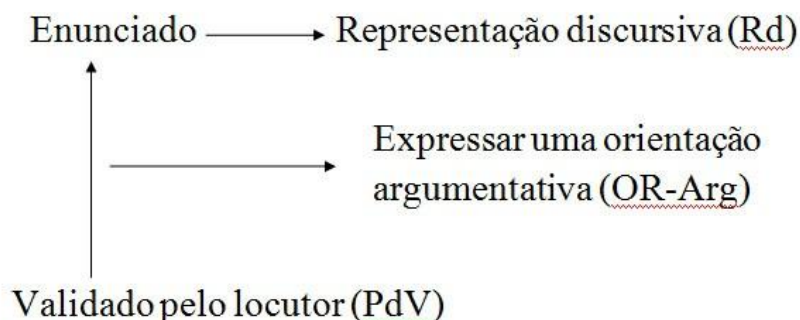
informal. Ele é escrito por outrem, a fim de aparentar uma imagem, algumas vezes, não correlatas de um determinado candidato.

Uma analogia pode ser feita com o que Rabatel (2011, p. 12) traz em, “o policial que redige uma simples declaração ou um processo verbal, o jornalista que comunica declarações, faz apenas redigir um PDV, e seu registro não significa que eles acreditem nessas declarações. Se eles querem fazer isso, eles devem reafirmá-las por conta própria”. Assim o discurso “textual” político é elaborado por um especialista com base nas convicções, trajetória do candidato e relação com o eleitorado, a fim de comover e garantir uma face positiva, utilizando-se para isso de estratégias lingüísticas e lexemas que favoreçam essa orientação argumentativa, mesmo que o grau de formalidade e rebuscamento do texto não correspondam com a realidade do candidato, mas o agir deverá ser observado.

Neste sentido, trata-se de uma co-enunciação, enquanto co-produção apontando para um PdV, “dois locutores formando apenas um único enunciador” (Rabatel *apud* Rabatel, 2011, p.13)

Observar que “nenhuma palavra é nossa, mas traz em si a perspectiva de outra voz” (Bakhtin *apud* BARROS, 2003, p.3) é considerar que nenhuma frase, oração ou pensamento é monofônico; toda ela é fruto de uma interação social, podendo apresentar-se marcada linguisticamente, para impor sua pseudo autonomia, ou sutilmente implícita. Neste sentido, responsabilizar-se pelo dizer implica agregar e assumir outras verdades ao discurso. Entretanto, trata-se de uma (re)construção do dizer, ou seja, agregar e assumir outros valores implica em um novo discurso, legitimado por diferentes locutores.

“A responsabilidade enunciativa ou ponto de vista (PdV) permite dar conta do desdobramento polifônico” (ADAM, 2008, p. 110). Sendo assim, entende-se também que toda representação discursiva é validada por um PdV, que traz consigo uma orientação argumentativa, ou seja, os enunciados das materializações discursivas [textos] são concebidos por diferentes tipos locutores, dependendo da orientação argumentativa, dos atos ilocucionários que se pretenda transparecer ou, a para citar Adam (2008, p.113), do “valor descritivo” das proposições, simplificando, “todo enunciado possui um valor argumentativo, mesmo uma simples descrição desprovida de conectores argumentativos” (ADAM, 2008, p.122).



A respeito do PdV, outros teóricos deteram-se a estudar essa manifestação e o grupo da Escandinávia (ScaPoLine) formado por NØlke, FlØttum e Norén (2004, p.31) sintetizaram de maneira didática e objetiva, como pontua Bentes e Leite (2010, p. 305) “os pontos de vista (abreviados pdv) são entidades semânticas compostas por uma fonte, um julgamento e um conteúdo”.

Logo, a responsabilidade dos enunciados pode ser assumida ou não pelos locutores. Quando não há assunção, Adam (2008) postula que os enunciados podem ser anônimos, assim definidos principalmente pelos verbos impessoais; ou atribuídos a fontes do saber, que é desdobrada em mediação epistêmica ou mediação perceptiva. É o locutor que permite o discurso do outro em seu próprio, que credita o enunciado a saberes diversos a fim de sustentar, de maneira mais eficiente, sua orientação argumentativa, contrapor diferentes posicionamentos, sistematizar ideias, criar representações discursivas válidas e, dessa forma, mostrar-se como sujeito plural e responsável por si, capaz de produzir situações dialógicas ilimitadas. Não se trata de um repetir de palavras. À mediação estão associados fatores linguísticos para introduzir o fragmento requerido, bem como fatores extralinguísticos, sejam a cognição e a capacidade de compreensão do indivíduo, pois se trata de nova construção textual com outras condições de escrita e, possivelmente, com um alcance ou repercussão diferente da primeira. A remissão a fontes do saber se caracteriza pelo uso de indicadores de quadros mediadores sejam eles, “segundo”, “de acordo com” e “para”, bem como pelos mecanismos utilizados por Bronckart (1999) para delimitar os discursos diretos, indiretos e indiretos livres. O discurso direto é marcado “pela presença de verbos de dizer no discurso principal, e por diversos procedimentos tipográficos (travessões, pontuação, mudança de linha, etc.)” (BRONCKART, 1999, p.206); o discurso indireto, “pela presença de verbos de dizer



no discurso principal e pela inserção do discurso interativo em subordinadas completivas” (Ibdem, p.207); já no discurso indireto livre “os seguimentos de discurso interativo são inseridos no discurso principal, com ausência de qualquer marca de delimitação ou de subordinação” (Ibdem, p.208).

Além desses Adam (2008) apresenta outros elementos lingüísticos delimitadores do PdV, expandindo a descrição do que Benveniste (1974, p.79-80) chamava de “aparelho formal da enunciação” :

- a) Índices pessoais, diz respeito a pronomes e possessivos que marcam as pessoas, por exemplo, “eu”, “meu/seu livro”, etc;
- b) Os dêiticos espaciais e temporais, que referenciam um objeto, determinando-os em um espaço e tempo, como as partículas, “aqui”, “neste aspecto”, etc;
- c) Os tempos verbais;
- d) As modalidades, que indicam alguma tomada de posição. Elas podem ser objetivas (“dever”, “ser preciso”), subjetivas, verbos de opinião (“crer”, “duvidar”, “ignorar”), advérbios de opinião (“provavelmente”, “certamente”) lexemas afetivos, avaliativos e axiológicos (elementos usados para amenizar ou não os sentidos e, dessa forma, “preservar as faces”);
- e) Os fenômenos de modalização autonímica, utilizados para reintear os enunciados, por exemplo, “ou seja”, “melhor dizendo”, etc;
- f) As indicações de um suporte de percepções e de pensamentos relatado; através da focalização perceptiva – “ver”, “ouvir”, “sentir”, “tocar”, “experimental” – ou focalização cognitiva – “saber” ou pensamento representado.

Contrapondo a teoria do PdV de Jean-Michel Adam (2008) com a perspectiva enunciativa de Rabatel (2011), tem-se com este último, o conceito de PEC (*Prise en charge*) e quase-PEC que consiste em responsabilizar-se pelo que é dito ou imputar os conteúdos preposicionais a outros enunciadore, de maneira em que o locutor primeiro situe-se em relação ao PdV imputado, respectivamente.

A PEC é a assunção clara do enunciado, já a imputação é “uma PEC com *responsabilidade limitada*, pois foi construída pelo primeiro locutor, atribuído por ele a um segundo locutor/enunciador que pode sempre alegar que não é responsável pelo PDV que L1/E1 lhe atribuiu indevidamente”. (RABATEL, 2011, p. 3), daí a denominação de “quase-PEC”.



“Todo enunciado pressupõe uma iminência que *se responsabiliza* pelo que é aspirado” (RABATEL, 2011, p. 1). Isso não significa que a fonte da enunciação deva equivaler, necessariamente, ao validador. Ao locutor é permitido trazer outros enunciadores ao seu fragmento textual e, a partir desses, confirmar, enriquecer, retificar ou negar um ponto de vista e, dessa forma, construir uma determinada orientação argumentativa.

Assim como Adam postula que a assunção de PdV por um locutor está intrinsecamente relacionada a um posicionamento diante de um enunciado, seja ele de aceitação ou não. Rabatel estabelece a noção “reconhecimento”. Para ele, assumir um conteúdo preposicional não implica necessariamente em reconhecê-lo, um locutor pode assumir a tese de um enunciador segundo, entretanto, só irá reconhecê-la quando aceitar ou refutar o discurso reportado como seu.

Outro conceito trazido por Rabatel é o de “fonte” e “quadro”. A fonte seria o Adam nomeia como produtor empírico do texto, enquanto o quadro refere-se ao domínio de validade no qual o PdV é recebido e ao qual é destinado. Tem-se também o conceito de verdade, que abarca a linguagem como um jogo argumentativo, capaz de criar e estruturar conceitos.

Adam e Rabatel apresentam concepções semelhantes de autoria dos enunciados. No viés da pragmática, da linguagem construindo o mundo e o mundo construindo a linguagem, tem-se o enunciado como um elemento capaz de criar verdades e validá-las (ou não), através, em Adam, de um locutor narrador, de fontes dos saberes diversos ou do anonimato; e em Rabatel, através do acordo, da imputação ou da neutralização.

3. Análises

Em nosso *corpus* temos o discurso de posse de Lula como um reflexo de todas as tentativas e lutas do candidato para alcançar à presidência e, sendo assim, é caracterizado pelo grau elevado de subjetividade, de dêiticos, de índices pessoais, de modalizações objetivas e subjetivas, bem como, lexemas afetivos e avaliativos. A presença do locutor narrador, isto é, aquele que demarca a assunção do dizer, é clara em todos os momentos do texto. Entretanto, em alguns fragmentos, o locutor mostra-se mais incisivo, como em, “eu estou aqui” e “o povo brasileiro me elegeu Presidente da Republica: para mudar”; já em outros, ele soma outras vozes, transformando-se em “nós”, por exemplo, “vamos mudar, sim”; “não podemos deixá-lo



seguir à deriva”; “teremos que manter sob controle as nossas muitas legítimas ansiedades sociais”; e “temos de nos orgulhar”.

Essa variação da mesma manifestação do locutor narrador, bem como, a presença de uma fonte do saber, em “como diz a sabedoria popular, uma longa caminhada começa pelos primeiros passos”, estão intrinsecamente relacionadas à orientação ou valor argumentativo, que, no nosso caso, diz respeito ao discurso de satisfação, agradecimento e reafirmação dos compromissos estipulados pelo presidente para com o povo brasileiro. É interessante observar a escolha da mediação epistêmica apontando diretamente para orientação argumentativa. Pois, pensar em fontes dos saberes diversos intui a não responsabilização pelo dizer, mas, nesse caso, tem-se a atribuição a “sabedoria popular”, revelando a relação clara e existente entre o presidente e esse tipo de mediação; não se trata de um discurso reportado por jornal, deputados etc, mas pelo povo. Além disso, o discurso de posse não apresenta o locutor anônimo, o que caracteriza um comprometimento incisivo com o povo brasileiro.

A fim de legitimar o valor argumentativo, o locutor constroi representações discursivas sobre o “Brasil” e os “brasileiros”, bem como, cria um *ethos* da imagem do presidente Lula.

O “Brasil” é visto por dois âmbitos, antes e depois da “mudança”. Antes, tinha-se desemprego, fome, fracasso de uma cultura do individualismo, egoísmo, indiferença, desintegração das famílias, precariedade na segurança, ameaças a soberania nacional, desrespeito aos mais velhos e desalento dos mais jovens. Já no lado 2, temos a assunção propriamente dos enunciados, pois o presidente se identifica como elemento primordial para a transformação, como em “foi para isso que o povo me elegeu Presidente da República: para mudar. Este foi o sentido de cada voto dado a mim e ao meu bravo companheiro José de Alencar” (Lula, 2003, l. 17-19); e “o Brasil supere a estagnação atual e para que o país volte a navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social” (Lula, 2003, l.151-153); ou ainda,

E eu estou aqui, neste dia sonhado por tantas gerações de lutadores que vieram antes de nós, para reafirmar os meus compromissos mais profundo e essenciais, para reiterar a todo cidadão e cidadã do meu País o significado de cada palavra dita na campanha, para imprimir à mudança um caráter de intensidade prática, para dizer que chegou a hora de transformar o Brasil naquela nação com a qual a gente sempre sonhou: uma nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário



internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos (Lula, 2003, l.21-28);

Se conseguirmos voltar a andar em paz em nossas ruas e praças, daremos um extraordinário impulso ao projeto nacional de construir, neste rincão da América, um bastião mundial da tolerância, do pluralismo democrático e do convívio respeitoso com a diferença (Lula, 2003, l.362-365);

É interessante observar a marcação explícita do pronome pessoal em primeira pessoa e do dêitico espacial, que enfatizam a assunção e a posição de presidente. Além disso, os adjetivos, advérbios e verbos que comprometem o enunciado, caracterizando o “Brasil” como uma nação melhor desenvolvida socialmente e politicamente, que anseia combater a fome, o desemprego, o fracasso, uma cultura do individualismo, egoísmo, indiferença, desintegração das famílias, bem como, a precariedade na segurança e ameaças a soberania nacional. Um país que não trata mais seus cidadãos como “jovens e velhos”, mas “filhos”.

Sobre os “brasileiros”, o locutor se dirige a eles em vários termos: “companheiros e companheiras”, “todo cidadão e cidadã”, a quem o locutor se refere; “sociedade brasileira”, que decidiu pela mudança; “povo brasileiro”, “geração de lutadores”, “irmão brasileiro”, que elegeu o presidente e o ajudará a lutar pelo bem estar. É, também, concebida uma representação discursiva desse povo, a fim de apontar características do próprio presidente. Mais uma estratégia de responsabilização e aproximação com a realidade do público alvo; Lula torna-se um integrante desse povo, que luta com ele e para ele. “Povo maduro, calejado e otimista. Um povo que não deixa nunca de ser jovem, um povo que sabe o que é sofrer, mas sabe também o que é alegria, que confia em si mesmo em suas forças” (Lula, 2003, l.54-56); “convocar o meu povo, justamente para um grande mutirão cívico, para um mutirão nacional contra a fome” (Lula, 2003, l.63-64); “tragam mais alimentos para a mesa de todos nós, tragam trigo, tragam soja, tragam farinha, tragam frutos, tragam o nosso feijão com arroz” (Lula, 2003, l.103-105). Até essa repetição, denotando certo caráter poético do texto, expressa uma tentativa de aproximação entre o locutor e o público. Repetição percebida, também, em outros fragmentos como,

O Brasil conheceu a riqueza dos engenhos e das plantações de cana-de-açúcar nos primeiros tempos coloniais, mas não venceu a fome; proclamou a independência nacional e aboliu a escravidão, mas não venceu a fome; conheceu a riqueza das jazidas



de ouro, em Minas Gerais, e da produção de café, no Vale do Paraíba, mas não venceu a fome; industrializou-se e forjou um notável e diversificado parque produtivo, mas não venceu a fome. (Lula, 2003, l.73-78)

A respeito da imagem que o presidente Lula constrói sobre si mesmo, tem-se um símbolo de mudança e de esperança que venceu o medo, um eleito pelo povo brasileiro, e antes de tudo, um presidente da república, que em seu discurso não renova promessas, porém apresenta desejos, vontade, e a política refere-se a “uma missão”. A utilização de termos como “acredito, creio, desejo, cuidaremos” aponta para o subjetivo e para uma maior proximidade e confiança que o locutor almeja garantir com os interlocutores. Exemplificando, tem-se, “creio num futuro grandioso para o Brasil, porque a nossa alegria é maior do que a nossa dor, a nossa força é maior do que a nossa miséria, a nossa esperança é maior do que o nosso medo” (Lula, 2003, l.56-58); “Quero reafirmar aqui o meu compromisso com a produção, com os brasileiros e brasileiras, que querem trabalhar e viver dignamente do fruto do seu trabalho. Disse e repito: criar empregos será a minha obsessão” (Lula, 2003, l.130-132);

O Brasil pode dar muito a si mesmo e ao mundo. Por isso devemos exigir muito de nós mesmos. Devemos exigir até mais do que pensamos, porque ainda não nos expressamos por inteiro na nossa história, porque ainda não cumprimos a grande missão planetária que nos espera (Lula, 2003, l.367-370);

Sim, temos uma mensagem a dar ao mundo: temos de colocar nosso projeto nacional democraticamente em diálogo aberto, como as demais nações do planeta, porque nós somos o novo, somos novidade de uma civilização que se desenhou sem temor, porque desenhou no corpo, na alma e no coração do povo, muitas vezes, à revelia das elites, das instituições e até mesmo do Estado (Lula, 2003, l.342-346).

Foram encontradas 16 (dezesseis) evidências da palavra “mudar” e suas variações, desde “mudança” até “trilhar novos caminhos”, “chegou a hora de transformar”, “supere a estagnação atual e para que o país volte a navegar no mar aberto do desenvolvimento”, “voltar a andar em paz em nossas ruas e praças”. Isso para demonstrar a significância dessa palavra para o sentido geral do texto e para as representações discursivas criadas.

Outro ponto relevante é que o locutor finaliza seu discurso agradecendo a Deus e fazendo um tipo de prece, dessa forma, reconhecendo-se humilde.



Agradeço a Deus chegar até onde cheguei. Sou agora o servidor público número um do meu país. § Peço a Deus sabedoria para governar, discernimento para julgar, serenidade para administrar, coragem para decidir e um coração do tamanho do Brasil para me sentir unido a cada cidadão e cidadã deste país no dia a dia dos próximos quatro anos. (Lula, 2003, l.406-411)

4. Considerações Finais

A partir dessas análises, entendemos a necessidade de manifestar as representações discursivas vislumbrando-se identificar os diferentes pontos de vista, e mais que isso, adequar a função social da produção textual à atribuição da responsabilidade enunciativa. Como vimos, um discurso de posse, principalmente, nesse contexto de mudança radical da política, é caracterizado bastante pela assunção dos enunciados.

Os elementos linguísticos que delimitam o PdV revelam algumas vezes mais que uma responsabilização pelo dizer, mas um comprometimento capaz dar ao discurso do locutor, um tom religioso e sacro à missão de político.

Nisto consiste a importância do estudo sobre a responsabilidade enunciativa, desvendar as entrelinhas dos textos e enunciados, bem como, compreender a dimensão da produção escrita e da análise textual dos discursos.

Como trabalhos futuros, propomos a diversificação do *corpus*, abrangendo o discurso que contempla o segundo mandato do presidente e, talvez, o da sua “discípula”, Dilma Rousseff.

Referências

ADAM, Jean-Michel. **A lingüística textual - Introdução à análise textual dos discursos**. Tradução Maria das Graças Soares Rodrigues, João Gomes da Silva Neto, Luis Passeggi e Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin. São Paulo: Cortez, 2008.
BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luís (Orgs). **Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade**: em torno de Bakhtin. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2003.



BENTES, Anna Chrstina; LEITE, Marli Quadros (orgs.) Dimensões textuais nas perspectivas sociocognitiva e dimensional. In **Lingupística de texto e análise da conversação: panorama das pesquisas no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

BRONCKART, Jean-paul. **Atividade de linguagem, textos e discursos. Por um interacionismo sociodiscursivo**. Tradução Anna Rachel Machado, Péricles Cunha. São Paulo: EDUC, 1999.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Tradução Freda Indursky. Campinas: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 3ª edição, 1997.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Os gêneros textuais no ensino de língua. In: **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, p. 147-224, 2008.

DENDALE, Patrick. **Three Linguistic theories of poliphony / dialogism: an external point of view and comparison**. Disponível em:
<<http://webhost.ua.ac.be/dendale/Articles/Dendale2006PolyphonyRoskilde.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2009.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44275.shtml>. Acessado em 15 de janeiro de 2011.

RABATEL, Alain. Responsabilização e imputação, ou responsabilização com responsabilidade limitada... **Revista Langue Française**. V.162. 2011.